

# Trabalho e capitalismo: particularidades da formação social na Amazônia e desigualdade social

Joana Valente Santana<sup>1</sup>

Vera Lúcia Batista Gomes<sup>2</sup>

Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira<sup>3</sup>

## Resumo

Este artigo, orientado pela teoria social marxiana, mediante pesquisa bibliográfica e documental, busca caracterizar a condição de dependência da inserção do Brasil como país periférico no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, enfatizando as particularidades da Amazônia. Discute o padrão produtivo dessa Região que tende à produção de commodities minerais e agrícolas, com consequências negativas na vida social de trabalhadores/as assalariados/as e dos povos e comunidades tradicionais, que padecem da precariedade dos serviços ofertados pelo Estado. Conclui-se pela necessidade da continuidade dos estudos que apreendam com radicalidade essa realidade e das lutas pela superação das condições estruturais de produção de pobreza e miséria na Região.

## Palavras-chave

Trabalho; Capitalismo; Amazônia; Desigualdade Social.

## Work and capitalism: particularities of social formation in the Amazon and social inequality

## Abstract

This article, guided by Marxian social theory, through bibliographical and documentary research, seeks to characterize the condition of dependence on Brazil's insertion as a peripheral country in the development of contemporary capitalism, emphasizing the particularities of the Amazon. It discusses the production pattern of this Region, which tends to produce mineral and agricultural commodities, with negative consequences on the social life of salaried workers and traditional peoples and communities, who suffer from the precariousness of services offered by the State. It is concluded that there is a need to continue studies that radically understand this reality and the struggles to overcome the structural conditions that produce poverty and misery in the Region.

## Keywords

Work; Capitalism; Amazon; Social inequality.



Artigo recebido em fevereiro 2024

Artigo aprovado em abril 2024

## Introdução

Este artigo, orientado pela teoria social marxiana, mediante pesquisa bibliográfica e documental, busca caracterizar a condição de dependência da inserção do Brasil como país periférico no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, enfatizando as particularidades da Amazônia. Discute o padrão produtivo dessa Região que tende à produção de *commodities* minerais e agrícolas, com consequências negativas na vida social de trabalhadores/as assalariados/as e dos povos e comunidades tradicionais, que padecem da precariedade dos serviços ofertados pelo Estado.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista é mediado por um amplo conjunto de contradições, das quais uma das mais fundamentais é que a produção se dá crescentemente de forma social e a apropriação de seus resultados se dá de forma privada. Essa contradição, que se vincula a crescentes graus de produtividade, que são, contudo, apropriados pela lógica de acumulação de interesse das frações de classe dominante, acaba por desencadear ou reforçar outras, como a capacidade crescente de produzir mercadorias e a impossibilidade destas serem consumidas, dada a necessidade do capital de reduzir e superexplorar a mão de obra, na tentativa de superar suas crises, o que acaba por realimentar o ciclo de crises cada vez mais agudas (MARX; ENGELS, 1998).

O conhecimento correto da realidade brasileira atual, vital para o encaminhamento das indispensáveis lutas da classe trabalhadora, demanda a apreensão da dinâmica geral do capital, dos processos de seu desenvolvimento histórico e das formas das relações dependentes entre países centrais e periféricos. E para além das apreensões uni-



versais dessa relação de dependência, é essencial que tais estudos considerem a historicidade da constituição da particularidade brasileira e regional dessa condição de dependência.

É notório que após a destituição da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, houve uma ofensiva intensa da retirada de direitos do polo do trabalho, a partir do Governo de Michel Temer, seguido pelo de Jair Bolsonaro, com as contrarreformas trabalhista e da previdência, além da regulamentação da terceirização indiscriminada, apenas para citar os elementos de maior impacto direto na vida dos/as trabalhadores/as. Contudo, é necessário buscar a compreensão dos atuais problemas amargados pela classe trabalhadora a partir dos elementos históricos de um período maior, entendendo-se que as políticas econômicas, em sentido amplo, exercem um papel decisivo na vida social. Nesse sentido, é imprescindível que se resgatem os fundamentos das políticas econômicas dos governos desde pelo menos os anos de 1990, incluindo-se aqueles de orientação progressista, nomeadamente, os dois governos de Lula da Silva e, posteriormente, dois de Dilma Rousseff (o segundo interrompido em seu segundo ano, o que leva a um pouco mais de 13 anos de governos encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores).

Um elemento que diferencia os governos encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores tem sido uma retórica, em especial em período eleitoral, contrária aos princípios do neoliberalismo e a proclamação de uma política que seria denominada de neodesenvolvimentismo. Está para além dos limites deste artigo discutir em detalhes o caráter dessas políticas nomeadas como neodesenvolvimentistas. Há estudiosos, contudo, que apontam que a política econômica da era petista de 2003 a 2016 foi uma continuidade dos fundamentos da orientação econômica inaugurada em meados dos anos 1990, nos aspectos monetários, fiscais, cambiais, etc. (PAULANI, 2011; SAMPAIO JR, 2012), e no atual governo Lula da Silva, iniciado em 2023, “o arcabouço fiscal tende a ser mais um capítulo do nosso doloroso ajuste





fiscal permanente” (BEHRING, 2023, n.p.). Tais políticas têm trazido inúmeros efeitos altamente nocivos no presente, e seguem comprometendo o futuro da vida da classe trabalhadora brasileira, dentre os quais podem-se destacar: a redução dos gastos sociais, comprometimento da geração de empregos (com insuficiente compensação pela via de programas de renda mínima), e o processo crescente de endividamento, com alto dispêndio anual com juros e amortizações da dívida pública. Em 2023, em números arredondados, repetindo a ordem de grandeza de anos anteriores, houve o gasto de R\$ 1,89 trilhão, correspondendo a 43,23% do orçamento federal executado naquele ano, mais do que o triplo dos gastos somados de três áreas fundamentais para a garantia de direitos da classe trabalhadora, educação, assistência social e saúde (2,97%, 5,99% e 3,69%, respectivamente) (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2024).

Apesar desses gastos elevadíssimos com juros e amortizações, vai se dando anualmente o agravamento do endividamento, que hoje se encontra aproximadamente em R\$ 8,587 trilhões da dívida interna e US\$ 604 bilhões de dólares. Convertendo-se, ao câmbio de US\$ 1 para R\$ 4,97 (fevereiro de 2024), a dívida externa monta a R\$ 3,002 trilhões, o que leva a uma dívida total em torno de R\$ 11,589 trilhões.

As argumentações do artigo serão apresentadas em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta reflexões acerca dos fundamentos da sociabilidade capitalista e o processo histórico de subordinação do Brasil, como país de economia dependente aos países centrais, e a segunda discute a inserção da Amazônia no processo de divisão internacional do trabalho, destacando-se os dados da Região Norte sobre trabalho e acesso às políticas públicas como expressão da desigualdade social e regional.

## **Fundamentos da sociabilidade capitalista e realidade brasileira**

O processo de acumulação capitalista teve como ponto de partida a assim chamada acumulação primitiva (MARX, 2014). Trata-se de

um processo histórico e social que revela os primórdios do desenvolvimento do capitalismo, marcado pelas expropriações de terras, ameaças, roubos, saques e todas as formas de violências. Netto e Braz (2007) referem que o resultado desse processo foi a concentração de terras nas mãos de poucos e o deslocamento para as cidades de uma enorme massa de pessoas desprovidas de tudo, exceto de sua força de trabalho. Assim, esse

(...) longo processo que inclui métodos econômicos e extra econômicos, a exemplo da expropriação agrária e dos cercamentos na Inglaterra, que, progressivamente, vai sendo disseminado por todo o mundo, em momentos e de modo diferentes. A partir do século XIII e nos XIV e XV, em algum ponto de antigas cidades romanas, começaram a aparecer pessoas pobres que esperavam poder vender os seus serviços a comerciantes e empresários. Era uma população errante, sem raízes, que, para sobreviver, começava a alugar seus braços. Entre os mesmos séculos, estendendo-se até o século XVIII, a lenta decadência do feudalismo, na Europa ocidental, vai provocando a dissolução dos séquitos feudais e muitos antigos criados se tornam mendigos. (...) As aldeias iam sendo arrasadas pelo fogo e transformadas em grandes pastagens. E, por fim, na Europa central e oriental, na Ásia, na América Latina e na África do Norte, os antigos artesãos foram destruídos pela indústria moderna que ia abrindo caminho pelo mundo todo, ao mesmo tempo em que ia impondo aos antigos produtores diretos a condição de trabalhadores assalariados (TAVARES, 2009, p. 8-9).

Desta forma, a acumulação primitiva é mais do que um processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a origem do capital e o seu modo de produção que se expressa com suas particularidades nos diversos países e em diferentes épocas históricas, conforme afirma Marx (2014).

A acumulação primitiva, além de propiciar a expropriação do/a trabalhador/a do campo, exprime, também, a conversão dos meios





de vida em capital. Para que, de fato, o novo modo de produção se desenvolva é essencial que haja os meios de produção e recursos para comprar a força de trabalho de homens e mulheres que, segundo Marx:

[...] só se convertem em vendedores de si mesmos, depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como, todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 2014, p. 962).

Institui-se, então, o trabalho assalariado que conduziu a sujeição do/a trabalhador/a à exploração capitalista, na medida em que o processo que cria a relação capitalista é o próprio processo de separação entre o/a trabalhador/a e a propriedade das condições de realização de seu trabalho. Esse processo, de um lado, transforma os meios sociais de subsistência e de produção em capital e, de outro, converte os/as produtores/as em trabalhadores/as “livres”, isto é, assalariados/as (MARX, 2014).

Com a Revolução Industrial, a partir da introdução da maquinaria no processo de produção, foram dadas as transformações que potencializaram a consolidação da sociedade capitalista, constituindo-se a era do capitalismo industrial/concorrencial. Neste sentido, pode-se afirmar que a Revolução Industrial não significou, apenas, a introdução de máquinas (tecnologia) no processo produtivo para elevar a produtividade do trabalho humano, mas provocou mudanças que extrapolam o âmbito econômico e reverberam em toda a esfera política, social e cultural.

Com o modo de produção capitalista tudo tende a tornar-se mercadoria, visto que é através da venda da força de trabalho em sua forma-mercadoria que ocorre a acumulação da mais-valia, objetivo primordial do modo de produção capitalista (ALVES, 2007). Assim, a mercadoria se constitui chave para compreender a sociedade capita-

lista, posto que esta é “a forma mais geral do sistema constituído em seus traços essenciais” (GRESPLAN, 2008, p. 25).

Em termos históricos, nos países latino-americanos, dentre os quais o Brasil, a escravidão colonial foi necessária para o desenvolvimento do capitalismo, visto que o escravismo colonial estabeleceu bases próprias das relações no país que propiciou o desenvolvimento de um capitalismo dependente (SOUZA, 2019). Para Fernandes (1972, p. 45):

É preciso colocar em seu lugar o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis da circulação das mercadorias e da organização da produção). Mas, possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes).

A condição de dependência na América Latina vem ocorrendo, desde a transição do antigo sistema colonial para o capitalismo comercial, no qual as riquezas da América Latina eram transferidas para a Europa, configurando-se uma espoliação de fora para dentro, em que países latinos-americanos viram-se impelidos a dividir o excedente econômico com as economias centrais (FERNANDES, 1972). A esse respeito, Marini (2017, p. 327) afirma que:

[...] a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho



para a criação da grande indústria [...] É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

A propósito, Fernandes (1972) afirma que o Brasil, com uma economia capitalista dependente, desempenha um papel fundamental na economia mundial, no que concerne à manutenção e ao crescimento econômico e social dos países desenvolvidos, ficando sujeito a redução de suas riquezas e excluindo a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes privilegiados, colocando os/as trabalhadores/as, cada vez mais, submetidos a mecanismos permanentes de exploração do capital.

Paulani (2011) propõe uma periodização da particularidade histórica do capitalismo brasileiro. A primeira delas é essencialmente a etapa de consolidação do modo de produção capitalista em nível mundial, momento da espoliação mais direta, “onde o Brasil se coloca como reserva patrimonial, base de operação de força de trabalho compulsória e fonte de fornecimento de metais preciosos e matérias-primas” (p. 3). Em uma segunda etapa, o país figura como “produtor de bens primários, de baixo valor agregado, num processo objetivado em movimentos cíclicos assentados, cada um deles, em produtos qualitativamente distintos” (Ibid., p. 3). Essas duas etapas abrangem um longo período (em torno de quatro séculos), que vai desde o pacto colonial até o início do Século XX, quando vão se formando as condições internas e externas para o processo de industrialização nacional. Paulani (2011) destaca como marca desse longo período, “a natureza heterônoma da economia brasileira” (p. 4), isto é, a fase em que o país servia mais uni-



lateralmente à acumulação nos países centrais. A terceira etapa, dos anos 1930 até meados dos anos 1950, será caracterizada pelo termo *desenvolvimentismo*, e é a etapa da industrialização tardia, quando se dá relativa autonomia interna, isto é, com o Estado determinando os rumos da economia nacional, colocando-se à frente do controle da acumulação capitalista. Essa *relativa autonomia*, contudo, não constitui, de forma alguma, a ruptura com a crônica dependência, pois se trata de “um processo determinado desde dentro, mas comandado pelo capital de fora” (Ibid., p. 5). Nesse sentido, vale citar a necessidade dos países centrais de deslocar seus capitais excedentes, por volta dos anos 1950, para novos mercados, que se tornavam escassos naqueles países, o que, dentre outros fatores, cumpriria o papel de adiar a crise que já se formava e que eclodiria de forma inequívoca em meados dos anos de 1970. Dessa forma, seguiu-se um conjunto de significativas transformações, sempre danosas à classe trabalhadora no plano interno e externo da economia. Isso levou a uma quarta etapa, caracterizada pela *financeirização*, na qual, além do elemento da dependência, “a acumulação se dá sob os imperativos e a lógica da valorização financeira” (Ibid., p. 5). Ademais, destaca-se tal contexto como uma época de desemprego estrutural, precarização das relações trabalhistas, privatização de serviços essenciais e/ou estratégicos, dentre outras formas de superexploração e retirada de direitos da força de trabalho brasileira. A década de 1990 é um período de importante inflexão, levando à quinta – e atual – etapa histórica da inserção nacional do processo de acumulação mundial. Esse movimento “vai transformar o Brasil em plataforma internacional de valorização financeira” (Ibid., p. 6), com completa submissão do país às políticas neoliberais, supostamente como uma exigência para escapar das altas taxas de inflação, especialmente presentes na década de 1980 e primeira metade da década de 1990.

Sob esse entendimento, pode-se dizer que a superexploração da força de trabalho se expressa pelo desemprego estrutural, pela des-



proteção, pela precarização e informalização do trabalho, pela inviabilização do acesso de equipamentos públicos e bens de consumo, estando associados a várias dimensões da vida social, pressupondo a dominação e opressão da classe trabalhadora (SOARES, 2022).

### **Inserção da Amazônia no processo de divisão internacional do trabalho: aspectos da desigualdade social na Região Norte**

No contexto da acumulação capitalista, os países latino-americanos convertem-se em fornecedores de matérias-primas industriais, aprofundando, assim, a divisão do trabalho com a especialização dos países industriais como produtores mundiais de manufaturas. Entretanto,

Para além da especialização produtiva, a questão da produção de valor é determinante na dinâmica de acumulação capitalista. Ao competir no comércio internacional com as economias imperialistas, nas condições adversas apontadas — pauta predominantemente primária e forças produtivas atrasadas — o exportador é expropriado de parte do valor produzido (JUSTEN, GURGEL, BRAGA, 2023, p. 408).

Nesse contexto a Amazônia se constitui como permanente espaço propício para a acumulação primitiva de capital. Em termos históricos, até o início da década de 1940, as ações dos governos locais voltadas para o crescimento econômico da Região eram poucos expressivos, assim como, as políticas de integração e/ou planejamento regional do governo federal eram débeis (TRINDADE; OLIVEIRA, 2014). No entanto, já existiam demandas do mercado internacional por produtos da Amazônia, o que expressava uma forma clássica do uso das fronteiras para o fornecimento de matérias-primas que poderiam suprir mercados nacionais e internacionais integrados a economia capitalista. No período Pós-Segunda Guerra Mundial, a elite regional se articulou para garantir a mínima presença do governo central na Região, além de apresentarem propostas de projetos que primassem pela valorização da Amazônia.

A ideologia nacional-desenvolvimentista, característica do governo Juscelino Kubitschek, se apresentava como uma estratégia de desenvolvimento que se consolidou, na América Latina, em particular, no Brasil, na década de 1950, tendo como base o planejamento e a intervenção estatal, com a retórica de superar a condição de subdesenvolvimento, o que exigiu políticas voltadas para o desenvolvimento regional. Consolida-se, então, uma nova divisão internacional do trabalho (DIT),

na qual alguns países do terceiro mundo que estavam em vias de industrialização passavam a receber multinacionais. Estas buscavam explorar uma força de trabalho barata e com baixo grau de organização. Aproveitavam-se, ainda da proximidade com as fontes de matérias-primas e dos favores distribuídos pelos governos locais (MARQUES, 2019, p. 107).

Desta forma, os mercados dos países onde se localizavam essas multinacionais estariam garantidos, assim como, estas se apropriavam da significativa massa de mais-valia, em grande parte enviada para os países centrais, por meio da remessa de lucros às suas matrizes. No Brasil, esse novo papel na DIT seria cumprido inicial e principalmente pelo Sudeste. A Amazônia consolidaria uma função destacada e com especificidade, no decorrer dos anos 1970, com os grandes empreendimentos minerais (MARQUES, 2019, p. 107).

Marques (2019), afirma, ainda, que a ditadura empresarial brasileira impulsionou os empreendimentos para a exploração mineral, em escala industrial, na Amazônia, os quais foram e, ainda, são orientados por interesses externos. Nas décadas de 1970 e 1980, continuam as instalações de novos empreendimentos na Amazônia. No estado do Pará, podem ser destacados, o Projeto Albrás/Alunorte (Barcarena-Pará), o Projeto Mineração Rio do Norte (Oriximiná-Pará), o Projeto Grande Carajás (Parauapebas-Pará).

Ao lado da instalação desses empreendimentos, “a modernização conservadora da agricultura brasileira atingiu tardia e desigualmente a



Amazônia” (MARQUES, 2019, p. 200), pois nos anos 1970 a 1980 passou a ocorrer a modernização da agricultura nacional, mas, na Amazônia, vivenciou-se uma espécie de antirreforma agrária com alguns traços mais fortes do que no restante do país (MARQUES, 2019). Assim, a política de modernização que se segue com o apoio da política regional e da agenda neoliberal aprofundam a concentração de renda e a desigualdade social sob todos os aspectos, visto que “nesta nova etapa de desenvolvimento da Amazônia, sob a égide neoliberal e de integração crescente de capitais e de financiamento autônomos, as relações de mercado nortearam crescentemente as decisões de investir no setor” (MESQUITA, 2012, p.67).

Assim, com a adoção da política neoliberal adotada a partir dos anos de 1990, na Amazônia, ampliam-se os processos produtivos da soja, pecuária bovina e outras monoculturas no território amazônico (MESQUITA, 2012). Com efeito, as comunidades e os povos tradicionais são as maiores vítimas da expropriação das grandes empresas, inclusive, as estatais e, portanto, excluídos do processo da era das *commodities*.

A Região Amazônica tem sido historicamente ocupada por grandes empresas capitalistas, tendo o suporte político, financeiro e ideológico do Estado. As formas de ocupação dessas empresas capitalistas, na Região, seguem o padrão universal do processo de produção e reprodução ampliada do capital, produzindo-se a desigualdade social, inerente à divisão social e territorial do trabalho. À medida que o capital avança em diferentes territorialidades em busca do lucro, há a “necessidade de apreendermos a particularidade histórica brasileira e as diferenciações regionais na produção da desigualdade da vida social.” (SANTANA, DINIZ, MIRANDA, 2022, p. 366).

Seguindo a tendência do processo de desindustrialização brasileira, os 7 (sete) estados da federação que compõem a Região Norte (territorializados na Amazônia), com exceção do estado do Pará que se destaca pela extração mineral, apresentam baixa participação da indústria na composição dos setores econômicos no valor adicionado

Bruto do PIB (Produto Interno Bruto) (Tabela 1), o que se reverte em altos níveis de desemprego, na predominância de atividades do setor informal e na demanda por serviços assistenciais para a reprodução da força de trabalho. Dentre as subdivisões de setores que compõem o setor de serviços, a administração pública tem maior destaque na grande maioria dos referidos estados, demonstrando-se a presença do Estado na economia, especialmente pela necessidade de produção da infraestrutura física para o capital.

**Tabela 1** - Participação (%) dos Setores Econômicos no Valor Adicionado Bruto / PIB – Estados da Região Norte (2021)

Estado	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
Acre (AC)	19	7	74
Amapá (AP)	1,9	12,8	85,3
Amazonas (AM)	4,3	31,8	46,9
Pará (PA)	10,1	46,4	43,5
Rondônia (RO)	20,7	15,1	64,2
Roraima (RR)	7,6	9,4	83
Tocantins* (TO)	20,3	11,2	68,6

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as a partir de Governo do estado do Acre, 2021; Governo do estado do Amapá, 2023; Governo do estado do Amazonas, 2023; Governo do estado de Rondônia, 2023; Governo do estado de Roraima, 2021; Governo do estado de Tocantins, 2020.  
(\*) Os dados do estado de Tocantins referem-se a 2020.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD sobre o mercado de trabalho, revelam que a Região Norte apresentou, no segundo trimestre de 2023, o maior percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas por conta própria (30,2%). No Brasil esse percentual era de 25,5% e nas demais Regiões, os percentuais foram os seguintes: Nordeste: (28,7%), Sudeste (24,2%), Sul (24,4%) e Centro Oeste (22%). Esses dados podem ser correlacionados à taxa de informalidade no trabalho, referente ao segundo trimestre de 2023, no qual, igualmente, a Região Norte apresenta os dados mais expressivos sobre o trabalho informal<sup>4</sup> (54,4%,) em comparação ao Brasil (39,2%)





e às demais regiões: Nordeste (51,2%), Sudeste (34,2%), Sul (30,8%), Centro Oeste (35,2%) (IBGE, 2023a).

Adicionam-se aos dados sobre o mercado de trabalho por conta própria e trabalho informal na Região Norte as condições históricas sobre os habitantes dessa Região, isso porque a mão de obra passível de exploração – além dos/as trabalhadores/as aglomerados/as em centros urbanos –, é constituída de agricultores/as familiares, povos organizados em comunidades indígenas, quilombolas, moradores/as de áreas ribeirinhas, pescadores/as, trabalhadores/as extrativistas, agricultores/as vinculados/as à produção de subsistência, trabalhadores/as do campo inseridos na produção da agricultura mecanizada pelo agronegócio, dentre outros. Assim, a Amazônia, conforme assinala Trindade Júnior (2010) é caracterizada por uma diversidade territorial e urbana na qual uma quantidade expressiva de sua população está inserida no circuito inferior da economia<sup>5</sup>, em que se pode verificar uma menor rotatividade dos fluxos da economia capitalista, estes últimos vinculados, de acordo com o mesmo autor (TRINDADE JÚNIOR, 2021), ao circuito superior da economia, voltados para os circuitos globais, a exemplo da mineração e da produção e/ou circulação de produtos agrícolas.

Os dados apresentados no Quadro 1 são representativos da particularidade regional amazônica, pois enquanto São Paulo, o estado com maior fluxo global da economia capitalista brasileira, possui uma população de 44.411.238, com 178,92 habitantes por km<sup>2</sup>, e alto grau de urbanização, os estados do Pará e Amazonas, mesmo apresentando os melhores desempenhos regionais no setor industrial (conforme Tabela 1), possuem, respectivamente, população de 8.120.131 (com 6,52 habitantes por km<sup>2</sup>) e de 3.941.613 (com apenas 2,53 por km<sup>2</sup>), demonstrando uma alta dispersão territorial. Entretanto, dada a premência de criação de infraestruturas físicas para a produção e reprodução do lucro, existe um processo de seletividade na oferta de serviços públicos para as cidades que abrigam

grandes projetos de infraestrutura, enquanto as pequenas localidades (pequenas cidades e/ou vilas) recebem menores investimentos estatais (SANTANA, 2012). São expressões da realidade regional amazônica os baixos rendimentos e os baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), conforme quadro 1 (Quadro 1).

**Quadro 1** - Estados da Região Norte, Municípios, População, Habitante por Km2, Rendimento nominal mensal domiciliar per capita, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)/Posição no Brasil

Estado	Número de municípios	População	Habitante por quilômetro quadrado	Rendimento nominal mensal domiciliar per capita (R\$) (2022)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)/ Posição no Brasil
Acre (AC)	22	830.018	5,06	1.038	0,71 / 16º
Amapá (AP)	16	733.759	5,15	1.177	0,688 / 25º
Amazonas (AM)	62	3.941.613	2,53	965	0,7 / 18º
Pará (PA)	144	8.120.131	6,52	1.061	0,69 / 23º
Rondônia (RO)	52	1.581.196	6,65	1.365	0,7 / 18º
Roraima (RR)	15	636.707	2,85	1.242	0,699 / 20º
Tocantins (TO)	139	1.511.460	5,45	1.379	0,731 / 13º

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as a partir de dados do IBGE, 2022.

O estudo de Trindade Júnior, Leite e Oliveira (2021), sistematizou 70 trabalhos resultantes de pesquisas que interpretaram as contradições da difusão do meio técnico-científico e informacional nos estados da Amazônia (Pará, Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia), com base na construção teórica de Milton Santos e “particularmente, em sua leitura sobre a Amazônia, para a elucidação de problemáticas dessa região” (p. 109). Com base em Santos, os autores afirmam que nas diferentes regiões brasileiras há uma “difusão diferencial do meio téc-





nico-científico e informacional” (p. 110). Na particularidade da Região Amazônica, existem “rarefações demográficas e as baixas densidades técnicas, que condicionam e diferenciam a difusão do novo meio geográfico em relação ao restante do território nacional” (p. 110). Este mesmo estudo sistematiza diversas demandas das empresas capitalistas (por exemplo, para o agronegócio – madeira/boi/soja – e atividades industriais de Manaus), e as respostas do Estado em prover uma modernização seletiva do território (por exemplo, a construção de rodovias, ferrovias, hidrovias, sistemas de engenharia e de normas, meios de comunicação, feiras de negócios, dentre outros). O Estado oferece incentivos fiscais para atração de investimentos produtivos, os quais contrastam com os poucos incentivos (ou ausentes) para a pequena produção agrícola nos assentamentos rurais.

Assim, quando se observam: 1. a particularidade da (potencial) força de trabalho na Amazônia, antes referida, inserida no circuito inferior da economia; 2. o frágil setor industrial na Região; 3. os conflitos de classe e o histórico posicionamento do Estado capitalista em contribuir com a reprodução ampliada do capital; pode-se inferir que o Estado tem baixíssimo compromisso em atender às necessidades sociais dos povos da Amazônia, através do investimento em políticas sociais, considerando a pouca (ou nenhuma) possibilidade de inserção da força de trabalho no circuito superior da economia. Conforme nos lembra Netto (1996, p. 22), “a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem”. Nesta direção, Santana, Diniz e Miranda (2022, p. 366) fazem o seguinte questionamento:

(...) por que nas áreas rurais, há menos investimento em políticas públicas? Sob a ótica do capital, qual a necessidade de escolas para trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e ribeirinhos? Para que oferecer hospitais com alta infraestrutura em pequenas localidades? Porque precisam de atendimento de políticas habitacionais, saneamento ambiental e transporte



adequado, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores rurais se não vendem sua força de trabalho ao capital? À medida que seus territórios forem incorporados à dinâmica produtiva, gradativamente os territórios irão receber o mínimo de atendimento, como parte do processo de reprodução social empobrecida da força de trabalho.

Assim, os dados recentes produzidos pelo Censo, em 2022, são indicadores da desigualdade social no Brasil e, particularmente, da desigualdade regional. Os resultados sobre o “mercado de trabalho segundo a distribuição dos trabalhadores nas atividades econômicas e seus rendimentos, a formalidade dos vínculos e a presença de subocupação por insuficiência de horas” demonstra que “(...) os indicadores mais desfavoráveis foram observados nas Regiões Nordeste e Norte” (IBGE, 2023b, p. 21). Outro indicador da desigualdade social e regional diz respeito às condições de moradia, pois os dados do Censo de 2022 revelam que “a maior proporção de pessoas residindo em domicílios com mais de dois moradores por cômodo utilizado como dormitório foi encontrada na Região Norte (33,4%)” (IBGE, 2023b, p. 84), assim como dois estados, da Região Norte, estão entre os quatro estados da federação onde mais de 10% da população residia em domicílios sem banheiros de uso exclusivo: Acre (15,4%) e Pará (11,2%) (IBGE, 2023b).

### Considerações finais

As manifestações cotidianas da crise estrutural do capital não deixam dúvidas de que vivenciamos um estado de barbárie da vida social. A riqueza apropriada por um número cada vez menor de bilionários provoca, como seu complemento necessário, pobreza e miséria de um contingente cada vez maior de pessoas com altos níveis de carência material e imaterial na reprodução da vida social. O Estado, historicamente, guardião dos interesses capitalistas, contribui com a sustentação material e ideológica do capital, mediante a implementação de políticas estatais com nítido viés de classe,





basta que se analisem os discursos e práticas de austeridade fiscal, o papel dos bancos centrais e outros agentes estatais na condução da política econômica e nos desdobramentos necessários nas políticas sociais e a oferta de políticas compensatórias (cada vez mais setorializadas e segmentadas) voltadas à mitigação da pobreza e da miséria do conjunto dos/as trabalhadores/as.

O capital, na busca incessante de lucro e de saída para as suas crises, cria e recria novas modalidades de apropriação de riquezas, articuladas a mecanismos de superexploração da força de trabalho, e avança para os territórios (em todo o mundo) complexificando a divisão social e territorial do trabalho, mas sempre mantendo a estrutura de classes, a alienação do trabalho (com sua inerente divisão do trabalho intelectual e manual), a propriedade privada dos meios de produção e a destruição da natureza. Neste processo, devido a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, a Amazônia tem se constituído, em um espaço para exportação de matérias primas (commodities), com abundantes recursos naturais e mão de obra a baixos custos ao capital. Assim, reproduzem-se continuamente, nessa Região, os processos desiguais de reprodução da vida, próprios da lógica universal da ordem burguesa, tendo, no entanto – no que se refere à força de trabalho – uma dimensão particular, dada a presença, no território amazônico, de povos e comunidades tradicionais, habitantes de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores/as rurais e urbanos, distribuídos nas grandes capitais, cidades médias e em um número expressivo de pequenas cidades estas, em geral, acessadas por rios, pequenas estradas, estando em lugares distantes dos grandes centros urbanos.

Na Amazônia, a presença de um circuito inferior da economia, com menor articulação aos fluxos globais da produção do lucro – embora a eles subordinados –, a baixa produção industrial (para a exploração da força de trabalho e produção da mais-valia), a informalidade do trabalho, o trabalho por conta própria, a inadequação da moradia e os baixos salários, expressam a desigualdade social e, ao mesmo

tempo, são indicadores da falta de compromisso do Estado em implementar políticas sociais para o atendimento das necessidades sociais e humanas dos potenciais vendedores da força de trabalho ao capital. Afinal, para as frações dominantes do capital, não importa se os seres humanos são indígenas, trabalhadores/as rurais, quilombolas, mulheres, pretos/as, velhos/as, jovens ou crianças e nem onde se territorializam geograficamente; serão sempre tratados como (potenciais) trabalhadores/as, compondo o processo da divisão do trabalho manual e intelectual e recebendo, apenas o necessário para a sobrevivência e reprodução como força de trabalho.

Assim, questiona-se, qual o interesse das Nações Unidas em realizar, em Belém do Pará, em novembro de 2025, a 30ª Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima? O discurso de sustentabilidade ambiental, de enfrentamento das mudanças climáticas e de redução das desigualdades sociais será inócuo sem a participação efetiva dos povos da Amazônia, das diferentes etnias, da classe trabalhadora que vivenciam a realidade regional. Mais que isso, é tarefa do pensamento crítico e dialético ir à raiz da desigualdade social, no sentido de alimentar as lutas políticas anticapitalistas, antipatriarcais, antirracistas, anti-heterossexistas e anticapacitistas, em direção à construção de uma sociedade efetivamente livre e emancipada humanamente.

## Referências

ALVES, Giovanni. **Dimensão da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2º ed. Londrina, Práxis, Bauru: canal 6, 2007.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA – ACD. **Orçamento Federal Executado (pago) em 2023**. 2024. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BEHRING, Elaine. **Arcabouço Fiscal** – o mais novo capítulo de uma longa (e dolorosa) história. 24.08.2023. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/08/24/arcabouco-fiscal-o-mais-novo-capitulo-de-uma-longa-e-dolorosa-historia/>. Acesso em: 28 fev. 2024.





FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Secretaria do Estado de Planejamento. **Valor Adicionado (VA) do Estado por atividade econômica** – Acre, 2021. Disponível em: <https://seplan.ac.gov.br/valor-adicionado-va-do-estado-por-atividade-economica/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. **PIB do Estado do Amapá**, 17.11.2023. Acesso em: 23 fev. 2024. Disponível em: <https://seplan.portal.ap.gov.br/noticia/1711/pib-do-estado-do-amapa>. Acesso em: 23 fev. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **PIB do Amazonas cresce acima da média nacional**, 17.11.2023. Disponível em: [https://www.selecti.am.gov.br/pib-do-amazonas-cresce-acima-da-media-nacional/#:-:text=Entre%20as%20atividades%20econ%C3%B4micas%2C%20o,Impostos%20\(16%2C95%25\)](https://www.selecti.am.gov.br/pib-do-amazonas-cresce-acima-da-media-nacional/#:-:text=Entre%20as%20atividades%20econ%C3%B4micas%2C%20o,Impostos%20(16%2C95%25)). Acesso em: 25 fev. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – Fapespa, **Relatório PIB Municipal** – Pará 2021. 2023. Disponível em [https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Relatorio-PIB-Municipal-2021\\_Final-1.pdf](https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Relatorio-PIB-Municipal-2021_Final-1.pdf). Acesso em: 25 fev. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO– SEPOG, **PIB 2021**: Relatório Resumido. 2023. Disponível em: [https://observatorio.sepog.ro.gov.br/Uploads/24112023091153-PIB\\_2021\\_Relatorio\\_resumido.pdf](https://observatorio.sepog.ro.gov.br/Uploads/24112023091153-PIB_2021_Relatorio_resumido.pdf). Acesso em: 25 fev. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. **Produto Interno Bruto** (2021). Disponível em: <https://seplan.rr.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/Informativo-022-2023-PIB-DE-RORAIMA-2021.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. **Produto Interno Bruto do Tocantins – Resultados 2020**, 2020. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/328517>. Acesso em: 25 fev. 2024.

GRESPLAN, Jorge. **Marx**. São Paulo: publifolha, 2008. (Folha explica; v.78).

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua**. Indicadores mensais produzidos com informações do 2º trimestre de

2023. 2023a. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/08/PNAD-2o-TRIMESTRE-2023.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

IBGE, **Síntese de Indicadores Sociais** Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2023, 2023b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

IBGE, **Cidades e Estados do Brasil**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

JUSTEN, Agatha; GURGEL, Claudio; BRAGA, Wagner Peres. Reprimarização, política pública do trabalho e superexploração no Brasil: revisitando Ruy Mauro Marini. **R. Katál.**, Florianópolis, v.26, n. 3, p. 405-415, set/dez. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARQUES, Gilberto de Souza. Amazônia: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2014.

MESQUITA, Benjamim Alvino de. A Atuação governamental, as forças de mercado e a inserção da Amazônia no ciclo das commodities. In: LOPES, Josefa Batista; COUTINHO, Maria Aparecida (orgs.). **Crise do Capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1).

PAULANI, Leda M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre o papel do Estado e sobre a situação atual à luz da história. **Marxismo 21**. 2011. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/06/Leda-PAULANI.pdf>. Acesso em: 23 de fev. 2024.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/XSSKWS-3N6nGBxSfFwy7cvTF/>. Acesso em: 22 fev. 2024.



SANTANA, Joana Valente; DINIZ, Tania Maria Ramos de Godoi; MIRANDA, Leonardo Costa. Questões agrária, urbana e ambiental: Serviço Social e as formas de enfrentamento das relações de exploração e opressão presentes na cidade, no campo e na floresta. **Revista Libertas**, v. 22, p. 359-382, 2022.

SANTANA, Joana Valente. **Pequenas cidades na Amazônia**: desigualdade e seletividade no investimento da infraestrutura habitacional. In: Joana Valente Santana; Anna Carolina Gomes Holanda; Aldebaran do Socorro Farias de Moura. (Organizadoras). A questão da habitação em municípios Periurbanos na Amazônia. 1ed. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará – Eufpa, 2012, v. , p. 77-96.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SOARES, Marcela. Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira. **Laborare**. Ano V, Número 9, jul-dez/2022, pp. 170-191.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Terra, trabalho e racismo**: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204570/PGSS0221-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 fev 2024.

TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Conselho Federal de Serviço Social, 2009.

TRINDADE, José Raimundo Barreto e OLIVEIRA, Wesley Pereira de. Conversão geopolítica da fronteira e estratégia de desenvolvimento regional: a intervenção estatal na Amazônia brasileira a partir dos anos de 1940 (org.). TRINDADE, José Raimundo Barreto. **Seis Décadas de Intervenção Estatal na Amazônia**: A SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro. Belém/Pará: Paka-Katu, 2014.

TRINDADE JUNIOR, Saint Clair Cordeiro da. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Revista Cidades**. Vol. 7, no 12. 2010. pp. 227-255.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidade e floresta: paisagens, interações e horizontes de vida urbana na Amazônia. **Ciência Geográfica** – Bauru – XXV – Vol. XXV– (1): Janeiro/Dezembro – 2021.

TRINDADE JUNIOR, Saint. Clair Cordeiro da; LEITE, Gabriel Carvalho da Silva; OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. **O pensamento de Milton Santos e a Amazônia**. Rio de Janeiro: Consequência. Editora, 2021.

## Notas

- 1 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PP-GSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4033-1317>. E-mails: joanavalente@ufpa.br e joanavalentesantana@gmail.com.
- 2 Doutora em Sociologia do Trabalho pela Université de Picardie Jules Verne--Amiens/France. Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará/UFPA. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA. Coordenadora do Grupo de pesquisa Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia/GEP-TESA/PPGSS/UFPA. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8146-5082>. E-mails: veragomesbelem@hotmail.com e veralucia@ufpa.br.
- 3 Doutor em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ. Professor Titular da Faculdade de Computação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1949-5077>. E-mail: ferreira@ufpa.br.
- 4 Em termos espaciais, a informalidade tem sido preponderante nas Regiões Norte e Nordeste. Em 2022, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 60,1%, na Região Norte, e 56,9%, na Região Nordeste” (IBGE, 2023b, p. 28).
- 5 Sobre a concepção de circuito inferior da economia, afirma Santos (1979, p.155): “As condições de evolução da economia moderna e o enorme peso de uma população urbana com baixo nível de vida, que não pára de aumentar com a chegada maciça de migrantes vindos do campo, acarretam a existência, ao lado do circuito moderno, de um circuito econômico não-moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie.”



10.17771/PUCRio.OSQ.67607